



Ata N° 4

Aos 28 de Abril de 2022, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu na sede da Junta da União de Freguesias de Carcavelos Parede em Sessão Extraordinária, a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Carcavelos Parede, sob a presidência da Exma. Senhora D. Maria Emília Guimarães, secretariada pelo 1º Secretário, Exmo. Senhor Jorge Pires de Carvalho e 2ª Secretária, Exma. Senhora Maria Odete Abrantes Lopes, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um – Discussão e aprovação das Atas 1 e 2;

Ponto Dois – Discussão e votação do Regulamento de Bolsa de Voluntariado da UFCP;

Ponto Três – Discussão e votação da Proposta pelo reforço dos direitos das pessoas em situação de sem-abrigo nos procedimentos de concessão de atestados emitidos pela Junta de Freguesia;

Ponto Quatro – Discussão e votação da Proposta pela apresentação pela Junta de Freguesia da UFCP do Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição;

Ponto Cinco – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2021;

Ponto Seis – Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações e respetivas avaliações;

Ponto Sete – Apreciação da Execução Orçamental do 1º trimestre de 2022 e Relatório de Atividades.

Estiveram presentes os seguintes elementos conforme Lista de Presenças:

PSD

Maria Emília Figueiredo Guimarães

Jorge Miguel Pires de Carvalho

Maria Odete Abrantes Lopes

António Miguel Gameiro Mendes

Ana Cristina Galego

João Baptista Leite

Mário Pedro Diogo da Silva

CDS

José Luís Pimenta de Aguiar

Paulo Jorge Bicho Mendes

PS

Ricardo Filipe da Silva Pires

Carlos Manuel Saltão Ferreira

Helena Maria Coelho Navalho

Nuno Gonçalo da Rocha Pires

PAN

Luís Filipe Mota Almeida

CDU

Luís Filipe de Oliveira Beirão

CHEGA

Mónica Sofia Lopes Pedrosa

INICIATIVA LIBERAL

Tiago Albuquerque Rodrigues

BE

Afonso Ferreira

Aberta a Sessão pela **Exma. Presidente da Mesa**, deu conhecimento das substituições nesta Sessão.

PERÍODO DO PÚBLICO – Inscreveu-se o **Senhor José Luís Roquete** a quem foi dada a palavra. Disse que a Freguesia e o Concelho têm uma situação *suis generis* em relação à saúde. Na Freguesia há dois Centros de Saúde e no Concelho há um Centro de Saúde por cada Freguesia, acontece que os dois Centros de Saúde da Freguesia não têm médicos de família para toda a população, não é obrigatório ter médico de família, mas todo o utente tem de ter um médico à sua disposição, em todo o país isso acontece mas no Concelho de Cascais não, nem na nossa Freguesia, porque os médicos que estavam nos Centros de Saúde foram afastados e colocados no novo Centro que abriu em Cascais e isso faz com que todo e qualquer cidadão que viva no Concelho de Cascais que vivam nas Freguesias de Cascais e que não tenham médico de família sejam obrigados a deslocarem-se para esse novo Centro que abriu na antiga Praça de Touros de Cascais e que tem poucos médicos provocando assim uma quantidade enorme de munícipes para atendimento.

Não havendo mais inscrições do público, entrou-se no **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**:

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**, com uma Proposta que partiu da reunião de porta-vozes onde foi acordado que a descentralização das Assembleias de Freguesia e a proximidade aos fregueses passaria por uma melhor aposta em equipamentos de gravação das próprias Assembleias e, portanto, nesse sentido, a pedido da Mesa e de alguns Deputados, foi feita a Proposta tendo sido enviada atempadamente aos restantes Deputados (**Anexo 1**).

Depois de lida, foi posta esta **Proposta** a votação tendo sido **APROVADA** por unanimidade.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)** para apresentação de **Moção Saudação 25 de Abril (Anexo 2)**, subscrita pelo PSD e CDS.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** que apresenta Declaração de Voto. Não quer dizer que não concorde com parte desta Moção na sua génese, mas no que toca ao PS existem imprecisões históricas com as quais não podem pactuar pelo que votarão contra a Moção do PSD e CDS e de certa forma a Moção do PS explica porque é que não podem concordar.

Usou da palavra o **Deputado Afonso Ferreira (BE)**. Apresentou Declaração de voto dizendo que o BE votará contra por causa das referências numa tentativa de oportunismo político do 25 de novembro e por isso votarão contra.

Usou da palavra o **Deputado Luís Beirão (PCP)**, lembrou que se calhar foi dos poucos que foi saneado no dia 25 de novembro, a Declaração de Voto do PCP também é contra. A Proposta do 25 de novembro quando lá se chegar se alguém quiser apresenta-la assim o fará não tem nada agora a ver com o 25 de Abril. As palavras do PS estão bem-apresentadas e vai votar a favor dessa Proposta, quanto à do PSD/CDS não tem nada a ver uma coisa com a outra.

Usou da palavra o **Deputado Pimenta de Aguiar (CDS)**, esclareceu que a Moção que o PSD e o CDS apresentaram não menoriza em nada a enaltação daquilo que é o 25 de Abril, contrariamente ao que o PS diz na sua Moção, o CDS e o PSD não confundem o 25 de Abril com nada e relembrou que quando se falou no 25 de novembro falamos na data que nos permite estar aqui hoje da forma como estamos e no regime político e na vigência democrática em que estamos. Relembrou ao PS que no 25 de novembro estiveram todos do mesmo lado da “barricada”, nomeadamente um dos vossos mentores que se chamava Mário Soares e a intervenção que teve na Alameda D. Afonso Henriques em Lisboa é fundamental, o facto de se ter refugiado no Norte é fundamental, e é apenas quando nos lembramos desses dois dias, 25 de abril e 25 de novembro é apenas a consagração daquilo que vivemos que é o regime democrático que queremos salientar. Obviamente que o CDS percebe o PCP e as outras forças de esquerda ou de extrema esquerda, a posição do PS já é mais ambígua,

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**, que explicou porque é que defende a posição tomada. É um facto de que na altura do 25 de Abril já tinha intervenção política portanto não tem um conhecimento académico livresco do que foi o 25 de Abril, do que é que foi o processo revolucionário em curso e outras coisas que se passaram na altura, foi interveniente no processo e é um facto que nessa altura estava do outro lado da “barricada”, estava do lado da “barricada” da extrema esquerda mas obviamente, a vantagem do ser humano é poder aprender com o tempo

e hoje está, como diz o Deputado Pimenta de Aguiar (CDS), é um facto que o PS nessa altura estava num determinado sitio que propunha um sistema democrático e portanto, aberto, de certa forma de uma democracia liberal e é esta posição que hoje em dia não se envergonha de ter. Na sua opinião há uma imprecisão histórica é que efetivamente a data que rompeu com um determinado regime e que mudou o curso da história foi o 25 de Abril, para ele o 11 de Março, 28 de Setembro e 25 de Novembro são fases de consolidação da democracia e portanto não merecem ser assinalados de "per si", esta é a sua posição mas, compreende perfeitamente as outras posições tomadas porque é um facto de que quando se deu a revolução houve de facto muitas injustiças, muitas coisas mal feitas e portanto nem toda a gente ficou satisfeita e é um facto também, que, na altura, foi só a esquerda que se apropriou do 25 de Abril e que quase impediu os outros de também pertencerem ao 25 de Abril, hoje em dia, felizmente, somos todos democratas e somos porque efetivamente houve uma data que começou com tudo que foi o 25 de Abril.

Usou da palavra o **Deputado Luís Beirão (PCP)**. Viveu estas datas todas, não se pode estar a dizer que a data de 25 de novembro ia acabar com a democracia ou que renovou a democracia. Não acha cabimento nenhum estar-se a discutir o 25 de novembro nesta data.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Acha que não há confusão nenhuma, mas sim aquilo que sempre houve, ano após ano, na Assembleia, fala-se do 25 de Abril e muitíssimo bem. Disse ainda que a proposta do PS vai ser votada a favor pelo PSD porque faz uma resenha histórica importante e não deixa de vincar também datas extraordinariamente importantes, algumas delas de má memória para quem também foi saneado das suas empresas, 12 de março, o 25 de novembro como data que culmina todo um processo. Para o PSD faz sentido falar no princípio e no fim de um ciclo, o que é espantoso é que se faça essa defesa sempre e muito particularmente à esquerda e reconhecendo que há uma esquerda moderada que é o PS, o 25 de Abril não é da esquerda, mas sim dos portugueses. Mas não pode deixar de dizer que o que o PSD quer fazer sentir é nunca viu no 25 de novembro ninguém do PCP ou BE apresentar uma Moção, porque é que será?! Disse ainda que vota a favor quem quer, abstêm-se quem entende e vota contra quem acha que deve estar contra, agora, na essência obviamente uma Moção sobre o 25 de Abril para o PSD começa na noite em que saíram os chaimites de Santarém. Reconheceu qua a Moção do PS coloca a pedra nisto tudo, o 25 de Abril não é do PCP, não do BE nem da esquerda, é dos portugueses democratas que são aqueles que para o bem ou para o mal estão sempre

presentes nas Assembleias. Não foi só o PCP que nos deu essa lição, na sua opinião mal dada, porque também os militares de abril alguns deles movidos por essa lógica ideológica também abandonaram a Assembleia da República nas comemorações do 25 de Abril porque havia um Governo de direita, e não era isso, havia era uma administração de insolvência de um país e as medidas eram duras. Agora, independentemente dos governos o que é que está em causa não é o 25 de abril?! Não é a liberdade que nos permite estar aqui?!

Usou da palavra o **Deputado Pimenta de Aguiar (CDS)**. Disse ter colocado a tónica precisamente naquilo que o PS disse na enaltação do 25 de Abril que, no fim é o mesmo que o PSD e CDS fizeram na Moção que apresentaram. Disse discordar com o que o Deputado Luís Beirão (PCP) disse e lembrou que saneamentos houve até ao 25 de novembro, os saneamentos selvagens e as ocupações selvagens. Têm uma visão completamente oposta àquela que o PCP tem, mantêm uma componente política completamente antagónica àquela que é a posição do PCP.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Disse que o PAN olha para o 25 de Abril como um todo que agrega várias datas, é todo um processo histórico importante, falou-se em diversas datas e nenhuma das Moções mencionou o dia 2 de Abril de 1976, data da aprovação da Constituição, essa é a data que agrega e que não divide e que deveria estar em todas as Moções. Quanto ao 25 de Abril é importante falar no que foram as conquistas sociais únicas, como o salário mínimo nacional, direitos e liberdades fundamentais como a liberdade de imprensa, a educação gratuita, o SNS e obviamente o direito ao trabalho e o trabalho com direitos e, portanto, tudo tem de ser refletido. Também é importante que não esqueçamos o que foi a ditadura e isso se calhar também é o mais importante porque é o que nos une e nomeadamente em matéria de direitos das mulheres isso é muito concreto o 25 de Abril trouxe por exemplo coisas como o fim da figura do depósito do marido que era basicamente, uma mulher violentada que fugia de casa era devolvida ao marido pelos oficiais de justiça e pela polícia, e tínhamos também o “direito a matar” ou seja uma mulher que fosse morta pelo marido em adultério, o marido tinha uma atenuação de pena tão grande que se falava mesmo em “direito a matar”, havia o analfabetismo que afetava a população toda mas em particular as mulheres, portanto, o 25 de abril em matéria dos direitos das mulheres foi um avanço histórico único e isso é mais importante do que estar a assinalar datas. Disse ainda que o PAN vai votar a favor todas as Moções e menciona a do PCP por ser a única que coloca o que está para cumprir, a questão da regionalização que é fundamental para o País que é altamente descentralizado.

Passou-se de seguida à votação da **Moção** apresentada pelo PSD/CDS – “**Moção Saudação 25 de Abril**”. Que foi **APROVADA** com os votos a favor do PDS; CDS; PAN; CHEGA e IL, votos contra do PCP e BE e abstenção do PS.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** para apresentação da **Proposta “Voto de Saudação pelo 48º Aniversário do 25 de Abril de 1974” (Anexo 3)**.

Foi esta Moção posta à votação e **APROVADA** com os votos a favor do BE; PCP; PAN; IL e PS, abstenções do PSD/CDS; CHEGA.

Passou-se à **Moção** apresentada pelo PCP “**Comemorar abril, afirmar e valorizar o poder local democrático**” (**Anexo 4**).

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** e disse que, em relação à Moção do PCP o PS irá votar a favor, no entanto, não pode deixar de fazer uma ressalva que tem a ver com a reposição das freguesias, este processo não pode ser feito da mesma forma que foi a abolição das freguesias, terá de partir com uma consulta estudada e profunda às populações e que sejam estas a dizer se a união ou a desunião são ou não fatores decisivos para as suas vidas, porque o facto de se ter feito uma agregação de freguesias não quer dizer que possa ter sido mau em todos os aspetos pode ter sido bom e são as populações que se têm que pronunciar portanto, não se pode partir para um processo que nasceu “coxo” e o altera-lo de forma “coxa” também. Apesar de ser uma matéria que o PCP traz sucessivamente à Assembleia, o PS vota favoravelmente esta Moção com essa ressalva.

Usou da palavra o **Deputado Luís Beirão (PCP)** que concordou que teriam de ser os fregueses a pronunciar-se sobre a reposição das freguesias. Retirou o Ponto 5 da Moção.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Agradeceu a retirada do Ponto 5 da Moção do PCP e solicitou também a retirada do Ponto 4 pois fala de temas diferentes do que o 25 de Abril.

O Deputado Luís Beirão (PCP) acedeu a retirar o Ponto 4 da Moção.

Usa da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)** para dizer que teve pena da retirada do ponto da regionalização e quanto à questão da criação de freguesias acha que é uma questão que deve ser debatida, pode ser a população a lançar o debate mas também podem ser 1/3 dos deputados da Assembleia de Freguesia a fazerem a proposta, esta é complexa, não se consegue fazer sem o Executivo mas sabemos que o processo de

criação de freguesias em Carcavelos Parede não foi pacífico e portanto há um regime especial que vai vigorar até Dezembro, a partir dessa data vai ser mais difícil desagregar estas freguesias, acha que da parte do PSD deve haver esta vontade séria de discutir no fundo se faz sentido ou não ou seja ponderar e discutir em conjunto porque essa análise não foi feita por ninguém.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Relativamente à Moção e ao respeito que ela lhe merece não pode votar a favor porque não enquadra o período de início e fim e consolidação do processo democrático em curso e que felizmente continua em curso quase 50 anos depois. Quanto ao repto lançado e colocadas as coisas nos termos da Lei, disse que, foi na altura muito cético e relativamente opositor àquilo que o espírito da lei determinava para a união das Freguesias, contudo, a coerência só é de facto um valor em si mesmo se não houver evolução, ou seja, houve uma evolução ao longo do tempo que mostrou que a união das freguesias de Carcavelos e Parede, na sua opinião, parece-lhe benéfica, não obstante, e por iniciativa de quem assim o entender, o PSD cá estará para o diálogo.

Não havendo mais intervenções passou-se à votação da Moção do PCP que foi **REJEITADA** com os votos contra do PSD; CDS e CHEGA e a favor do PCP;PS;BE;PAN e IL.

Passou-se de seguida à **Moção** do PS "**Celebração dos 48 anos da Revolução de Abril**". (Anexo 5).

Usou da palavra o Deputado Carlos Saltão (PS) que explicou qual a razão e de que maneira foi escrita porque tudo tem uma origem e um propósito. O que é um facto é que quando diz que o 25 de abril não é da esquerda, nem da direita nem do centro mas sim de todos os democratas pode dizer que tem amigos de vários quadrantes políticos, uns mais interessados outros menos, mas não houve nenhum senão este em que viu mais pessoas a debruçar-se sobre este tema, até mesmo pessoas de muita direita que puseram cravos e foi uma coisa que o espantou, efetivamente dá-lhe a impressão que a conjuntura mundial de certa forma faz valorizar a democracia liberal que se tem e o mento que permitiu que essa democracia liberal se instituisse e é por isso que diz que não há donos do 25 de abril. Não pode deixar de fazer uma chamada de atenção, no fundo um lamento que nas comemorações do 25 de abril do território Carcavelos Parede, viu membros do Executivo, mas não viu ninguém da mesa da Assembleia que são efetivamente quem representa os Deputados desta Assembleia.

Posta a votação foi esta Moção **APROVADA** com os votos a favor do PSD; CDS; IL; PS; BE; PAN e PCP e a abstenção do CHEGA.

Passou-se de seguida à Moção apresentada pela Iniciativa Liberal "**Execução e cumprimento de Moções anteriores**", (Anexo 6).

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)**. Disse que o PSD vai votar contra porque o que compete a esta Assembleia é fiscalizar.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**, que pergunta se compete aos Deputados do PSD fiscalizar o que é feito que lhes respondam de entre as Moções que já foram aprovadas em Assembleia até à data o que é que já foi feito e deu exemplo de se saberiam se foi entre o voto de pesar à família do surfista que faleceu ?, sabem quantos pontos de Moções da IL aprovados foram concluídos? Como se pode fiscalizar se o Executivo se este não lhes der informação? O que o IL pretende é saber o resultado das Moções.

Usou da palavra o **1º Secretário da Mesa**, para esclarecer que a Assembleia de Freguesia é um órgão autónomo, gerida por uma Mesa e composta por deputados eleitos, não compete ao Executivo diligenciar um voto de pesar aprovado em Assembleia de Freguesia, mas sim à Assembleia e à Mesa.

Usou da palavra o **Deputado António Gameiro (PSD)** que responde ao Deputado Tiago Albuquerque (IL) que este não tem que fazer pergunta nenhuma ao PSD, está errado, tem que se dirigir à Mesa da Assembleia.

O **Deputado do IL, Tiago Albuquerque** esclarece que o Secretário da Mesa tem razão quanto aos votos de pesar, mas todas as outras coisas têm que ter informação do Executivo, os Deputados têm o direito de saber se o que foi aprovado foi executado. Quanto às perguntas feitas ao PSD já está mais que habituado ao longo dos anos não obter respostas.

Usou da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)**. Compreende a intenção dos dois intervenientes anteriores e acha que a opinião de um não invalida a opinião do outro o que é um facto é que se houver iniciativa e boa vontade do Executivo dar conhecimento à Assembleia de Freguesia e inversamente a Mesa da Assembleia tiver vontade de questionar o Executivo está-se num perfeito mundo e portanto, obviamente não compreende a animosidade que se gerou em relação a esta proposta porque ela no fundo revela alguma bondade e algum respeito pela Assembleia. A Assembleia nem sempre corresponde áquilo que o Executivo faz e muitas vezes o que o Executivo faz nem sempre corresponde áquilo que a Assembleia quer, isso é um facto, mas não quer dizer que não possa

haver um trabalhar de forma efetiva para que haja um respeito por ambos os órgãos do poder local, a Assembleia é autónoma, a Junta é autónoma, a Assembleia fiscaliza obviamente que se o Executivo tomar a iniciativa de dizer “ em relação à vossa proposta que foi feita em tal dia fizemos isto e fizemos aquilo”, não vê onde é que esteja o inconveniente.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** que concordou com o que disse o Deputado Carlos Saltão. Continua a achar que era importante ter respostas do Executivo ou da Mesa sobre Moções e/ou propostas aprovadas em Assembleia.

Procedeu-se de seguida à votação da **Moção da Iniciativa Liberal** que foi **REJEITADA** com os votos a favor de PS; BE; PCP; PAN e IL, abstenção do CHEGA e votos contra do PSD e CDS.

Usou da palavra o **Deputado Pimenta de Aguiar (CDS)** para Declaração de Voto no sentido de esclarecer que o voto do CDS tem em atenção que existem meios de fiscalização devidamente regulamentados e sobretudo existem consequências políticas para a prática dos atos, nesse sentido, entendem que a Moção apresentada não faz sentido.

Usou da palavra, em substituição do Presidente da UFCP, a **Tesoureira, Deputada Ana Raimundo** que diz que este Executivo já tem um histórico, não entrou em funções quando esta Junta tomou posse e nesse histórico gostaria que ficasse clarificado que sempre que há perguntas e questões colocadas sobre alguma situação que possa estar menos clara para os Grupos de Lista que compõem a Assembleia as explicações são dadas de acordo com aquilo que é pedido e solicitado, portanto não lhe parece que faça muito sentido o que o Deputado da IL disse.

Usou da palavra o **Deputado Nuno Almeida** do Executivo, que acrescentou que este Executivo ou grande parte do Executivo, no mandato anterior conviveu numa relação bastante saudável e com uma enorme transparência com uma Mesa que era liderada pelo PS, e isso só por si, prova que o Executivo não tem qualquer problema em responder a todas as questões que lhes forem colocadas independentemente da força política que representem.

A Presidente da Assembleia passou então à **Moção de Celebração do Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios**, apresentada pelo PS (**Anexo 7**).

Usou da palavra o **Deputado Nuno Pires (PS)**. Disse que todos os Deputados receberam esta Moção atempadamente. Assinalou-se neste mês de Abril o Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios, Cascais e particularmente

Carcavelos e Parede têm um património assinalável e que merece ser salvaguardado por todos os atores políticos do nosso território. Não vai maçar com a leitura da Moção, mas sinalizar a importância desta data e propor a aprovação da mesma.

Usou da palavra o **Deputado Pimenta de Aguiar (CDS)**, para realçar que o Grupo de Lista do CDS/PP vai votar a favor e congratula por, finalmente, o Governo do PS e sobretudo o Ministério da Defesa ter desbloqueado aquilo que esteve a travar durante anos e que era uma intenção do Presidente da CMC para o desenvolvimento dessas atividades.

Procedeu-se à votação da **Moção do PS**, tendo esta sido **APROVADA** por unanimidade.

Findo o período de apresentação das Moções, usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**, que informou a Assembleia sobre as pretensões do Executivo e o que foi feito até agora com base na intenção de larga maioria dos moradores que se manifestaram, aliás, até agora, há cerca de uma centena de moradores que se manifestaram contra a alteração toponímica do Bairro das Caixas, sitio que, desde a sua origem nos anos sessenta, tinha a nomenclatura de Avenida Gago Coutinho tendo a Junta desde 2018 tentado alterar o nome das ruas. Como cidadão, referiu que, ele próprio, esteve presente em Assembleia de Freguesia de 27 de Dezembro de 2018 a falar sobre o assunto. À revelia de todos os trâmites legais e com total desinteresse dos deputados de então, o Executivo anterior, presidido pelo Presidente atual, continuou a avançar com o processo concluindo-o, à revelia de todos, a 2 de Novembro de 2020. Fora o incumprimento explanado no Regulamento da Toponímia e Numeração Policial da CMC, este processo só foi interrompido porque um morador reparou que as moradas nos CTT já estavam alteradas. Foi pedida uma reunião ao Executivo onde houve uma panóplia de argumentos sem factos e um rol de promessas com as quais os moradores se sentiram enganados porque o Presidente insistia nas inverdades. Não resumiu, disse que o Executivo tinha todo o processo, mas que neste falava que não tinham pedido pareceres, não ia pedir pareceres até a propostas de moradores, já tinha pareceres aos Bombeiros e aos CTT e nenhum foi literalmente contra o Bairro continuar a manter a nomenclatura antiga. A proposta não está fechada por parte dos moradores, estes não querem mudar o nome das ruas, por isso que existe uma certa prepotência por parte do Executivo, por apenas não querer assumir um erro e estar ao lado dos cidadãos. Gostava que todos os deputados da Assembleia consultassem todo este Processo e a proposta dos moradores tendo em conta o Regulamento da CMC referido e um dia, caso considerem importante cumprir as leis e opinem

dado que já se passaram três anos desde que explanou e apresentou este problema.

Usou da palavra o **Deputado Ricardo Pires (PS)**, dizendo que foi invocado um assunto referente ao mandato anterior e que na altura o Deputado Tiago Albuquerque expôs a situação como cidadão e morador no sítio referido (Bairro das Caixas) e agora que é deputado não pode misturar as duas condições. Em relação ao assunto o PS tem feito uma monitorização de muita proximidade com os moradores, nomeadamente no diálogo com a Associação de Moradores que é quem representa os moradores daquela área e naquilo que foram as reuniões já havidas tanto no mandato anterior como neste e mesmo tendo consciência da existência de alguns documentos que não foram partilhados pela via oficial, também tem de dizer que, enquanto cidadão que exerce voluntariado num Corpo de Bombeiros, sente enormes dificuldades quando por vezes a chamada não lhes chega com a informação concreta e lembra a Assembleia de Freguesia que a cidadã que trabalhava nos BVP e era secretária na Associação dos Bombeiros faleceu com um atraso de socorro de 30 minutos porque a informação não era precisa de onde a ocorrência estava a acontecer e a viatura médica que foi destacada tendo vindo de outro Concelho que não Cascais demorou esse tempo a chegar. Portanto quando às vezes se invocam na Assembleia questões que visam melhorar as condições de vida dos moradores também temos que estar cientes das suas consequências e neste caso a consequência foi a perda de uma vida humana. Isto para dizer apenas que independentemente dos documentos aquilo que lhe parece é que efetivamente há uma falha de comunicação entre aqueles que lá residem e os que estão a decidir e isso faz-lhe sentir que este assunto tem de ser discutido por aquilo que é a melhoria da qualidade de vida das populações, não se pode jogar politicamente com a questão de que ninguém fez nada porque isso não é verdade porque o Grupo de Lista do PS tem monitorizado este e outros problemas sempre que tenham conhecimento seja pela via oficial seja pela via não oficial, aliás, adianta já que pediu a palavra no PAOD porque há um conjunto de matérias que lhe parecem fundamentais serem discutidas e que não foram conhecidas pela via oficial. Portanto o Deputado Tiago Albuquerque não tem razão quando mencionou que ninguém no anterior mandato mostrou interesse em resolver o problema do Bairro das Caixas, porque o Ps acompanhou o caso com muita delicadeza percebendo o que estava a acontecer concordando ou não concordando. Também não se lembra que o assunto tenha sido discutido apresentado pelo Executivo, no entanto, o Executivo está presente hoje e pode fazer um ponto da situação do mesmo.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Referindo-se às palavras do Deputado do PS quando disse que esta Força Política tinha acompanhado o caso com muita delicadeza, deve ter sido com muita delicadeza mesmo porque o caso já está decidido desde 2020 de uma forma completamente ilegal, não houve pareceres, nem consulta pública e basta ler o Regulamento Toponímico da Câmara Municipal de Cascais para ver que não houve 1 aspeto legal que tenham cumprido para mudar o nome das ruas. É certo que os moradores se juntaram e estão em negociação com a Junta e parece que o Executivo já decidiu pois até já estão as novas nomenclaturas das ruas nos CTT. O que pede aos Deputados é que vejam a proposta feita pelos moradores que não altera em nada, apenas coloca placas indicativas o que também vai ajudar os Bombeiros. Portanto se o Bairro estiver bem sinalizado não há a necessidade de mudar a nomenclatura.

Usou da palavra o **Deputado Ricardo Pires (PS)**. Que em defesa da honra se dirigiu ao Deputado Tiago Albuquerque dizendo que o assunto tem de ser enquadrado no tempo e no espaço e repetiu que, enquanto cidadão, que exerce voluntariado nos BVParedes já sentiu por vezes dificuldade porque a comunicação não chega de forma objetiva em relação ao encontrar certos locais dentro do Bairro. Se o Deputado Tiago Albuquerque acha que o problema deve ser discutido, propunha que um representante dos moradores viesse novamente à Assembleia expor novamente o respetivo assunto ou então como Deputado, traz uma pergunta objetiva para o Executivo, não pode é misturar a época que levantou a questão como residente no Bairro com a oposição de Deputado que tem agora nesta Assembleia.

Usou da palavra, por parte do **Executivo, Dra. Ana Raimundo**, que deixou algumas notas, porque o Executivo não tem qualquer problema em responder a todas as questões que lhe forem colocadas, desde que sejam feitas no momento certo e da maneira correta. Em relação ao Bairro das Caixas, disse que, em primeiro lugar, todas as ruas têm de ter nome e existe um Regulamento Municipal que define quais são as regras pelas quais são colocados os nomes às ruas, esse Regulamento também permite que as Juntas de Freguesias façam propostas em relação aos nomes que vão ser dados às ruas, de qualquer forma, é apenas uma indicação, a decisão final é sempre tomada pelo Senhor Presidente da Câmara de Cascais, em relação à rua onde mora o Senhor Deputado Tiago Albuquerque, que foi essa que o fez abordar este assunto, informou ter havido uma reunião, que foram delineados os planos e a forma como se iria avançar e a Junta está a dar cumprimento ao que foi decidido nessa reunião onde esteve por parte do Executivo a Eng^a Elsa Saraiva e o Sr. Presidente. Neste momento

aguarda-se a resposta da PSP e dos Bombeiros, a toponímia vai ser colocada, mas haverá antes uma reunião com o Vereador da CMC. Clarificou ainda que existe no momento a indicação de “Rua do Bloco 1 ou A” mas isso não são nomes de rua.

Usou da palavra, por parte do **Executivo** o Eng^o **Nuno Almeida**. Informou que é vizinho do Deputado Tiago Albuquerque, aliás, residem os dois no mesmo prédio, percebe as dificuldades quando, por exemplo, se faz um pedido de entrega de comida é uma dificuldade enorme porque não conseguem identificar o local exato de onde proveio o pedido. Acha que o maior problema da alteração de nomenclatura irão ser problemas burocráticos, todos sabem que é um Bairro grande, com muitos moradores na sua maioria já de uma certa idade e se temos pareceres que dizem que se deve avançar com a nomenclatura das Ruas isso iria facilitar muito a entrega de correspondência, de comida e mesmo de operações de socorro. Achava muito mais interessante que o Deputado Tiago Albuquerque, agora como Deputado desta Assembleia, trouxesse propostas de como facilitar o esperado processo burocrático pois isso é que é verdadeiramente importante, trocar ideias com o Executivo e até juntamente com a Associação de Moradores de forma a facilitar esse assunto.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Falou então, da Quinta da Alagoa focando duas questões, uma, as condições das aves residentes e, deixou duas soluções, uma a criação de uma ilha de pedras no lago que são importantes para que as aves bebés não morram ao frio, a outra, colocar mais um comedouro para que todas as aves se alimentem uma vez por dia, sabe que a Junta não tem competência para isso mas pode ter influência no pedido feito aos serviços competentes. Outra questão, tem a ver com os próprios cuidadores, ou seja, os cidadãos que alimentam as aves, se lermos os Regulamentos Municipais há dois bastante importantes, o Regulamento de bem-estar animal que não proíbe a alimentação das aves residentes na Quinta mas apenas proíbe a alimentação dos pombos e depois o Regulamento dos espaços verdes que se aplica à Quinta da Alagoa, este, admite em concreto que os cidadãos possam alimentar as aves no sítio próprio para o efeito, ou seja, nos comedouros, temos recebido algumas queixas de cidadãos que identificam aqui um excesso de zelo (Policia Municipal) relativamente a alguns cidadãos que alimentam os animais, então, sugeriu, que houvesse um esforço para tentar envolver os cuidadores que não existem só na Quinta da Alagoa mas também noutros Parques, a Junta seria a Entidade certa para promover este envolvimento entre os cuidadores e as entidades gestoras dos parques, porque os cuidadores por vezes conhecem melhor os animais do que os próprios

funcionários. Fez também um elogio ao Projeto Eco-Freguesias 2021, projeto muito interessante, como o inquérito que a Junta lançou, e que de facto mostra que a Freguesia está preocupada no combate à emergência climática e portanto quer estar dentro e dar resposta aos desafios do Século 21, o inquérito é bastante interessante embora ache um pouco limitado porque se fixa muito nas limpezas de rua, conservação de estruturas, espaços verdes e sinalização, são questões obviamente importantes e que estão nas competências da Junta mas seria interessante que se fosse um bocadinho mais longe e que houvesse uma preocupação por exemplo com gestão de água, resíduos, energia, mobilidade, espaços verdes e por aí fora. Perguntou, relativamente aos resultados dos inquéritos, se vão ser entregues à Assembleia de Freguesia para que os Deputados os conheçam, que achava interessante e, quais eram as iniciativas que o Executivo pensa levar a cabo nomeadamente em matérias concretas como gestão de águas, resíduos energia e mobilidade, que iniciativas procuram ter sabendo ele que esta também não é uma competência direta da Junta.

Usou da palavra a **Dra. Ana Raimundo**, do **Executivo**. Disse que registou as sugestões relativas à Quinta da Alagoa, mesmo sem ser competência da Junta, vai fazer chegar as mesmas aos Espaços Verdes da CMC. Em relação ao Projeto Eco-Freguesias agradeceu os comentários do Deputado do PAN. Referiu que quando se pegou no processo pensou-se também em estende-lo a temas importantes como a Gestão da Água porque é um tema que preocupa muito o Executivo, mas este é um Projeto para ter continuidade e, portanto, não são postos de fora outros temas que possam ser abordados. Em relação aos resultados dos inquéritos obviamente que o Executivo dará conhecimento aos Deputados. Lançou também um repto para que se algum dos Deputados quiser fazer alguma proposta no âmbito deste Projeto que o faça para se poder acrescentar no ano que vem.

Usou da palavra o **Deputado Ricardo Pires (PS)**. O Partido Socialista traz uma **Proposta de Reconhecimento** de Armando Jorge de Almeida Paulos e de Carlos Graça de Oliveira. Como todos sabem, no mandato passado, na última Assembleia, Carlos Graça de Oliveira despediu-se de todos da vida política ativa e ficou assumido por ele (Ricardo Pires), enquanto Deputado da Assembleia, que fazia uma Proposta concreta de justo reconhecimento tanto do Carlos Graça de Oliveira como do anterior Presidente da Assembleia de Freguesia Armando Jorge de Almeida Paulos, que por motivos de saúde suspendeu as suas funções enquanto eleito da Assembleia de Freguesia. Leu a referida proposta e solicitou que fosse depois submetida a votação (**Anexo 8**).

Posta a votação, esta **Proposta** foi **APROVADA** por **UNANIMIDADE** e aclamada por todos os presentes.

Usou da palavra o **Engº Nuno Almeida do Executivo**, que congratulou a iniciativa do PS. Relativamente ao Armando Jorge Paulos referiu que tiveram uma convivência bastante saudável, desempenhou o cargo de Presidente da Assembleia com muita hombridade, seriedade e dedicação. Relativamente a Carlos Graça de Oliveira destacou a humildade que teve, pois foi Presidente de uma Junta, Presidente de Assembleia e depois de perder as eleições, com toda a humildade, assumiu o cargo de Deputado da Assembleia de Freguesia.

Retomando a palavra, o **Deputado Ricardo Pires (PS)**, disse que, quis o destino que há pouco se falasse do território e as questões que se deveriam colocar no local certo e na hora certa e ao Executivo que é quem tem de prestar contas sobre aquilo que se passa no território aos Deputados, desta forma, o PS fez diversas perguntas. Uma delas a ver com a Bateria de Costa da Parede, aproxima-se uma época crítica dos incêndios rurais, sabemos, como foi referenciado, o papel que o governo tem tido nesta matéria na tentativa de, como em outros espaços do concelho já cedidos pelo governo à Câmara Municipal de Cascais no sentido de promover e preservar o património histórico, que este também é um processo que tem tido altos e baixos, tem-se algumas indicações do que poderá vir a acontecer naquele espaço mas o que é certo é que este assunto permanece apenas e só com a insalubridade daquela área específica que fica até junto a uma unidade de Saúde e, portanto, independentemente daquilo que possa ser o ponto da situação e de aquilo que possa vir a acontecer tenha a ver com o tal prometido Parque Urbano, aquilo que possa ser uma Unidade de Cuidados Continuados ou aquilo que possa ser a transição da Escola 31 de Janeiro para o local onde era o Quartel, porque é isto que é público nos órgãos da comunicação social e até apadrinhadas pelo Presidente da República com visitas que fez ao território, o importante é saber o que se vai fazer agora relativamente à proximidade do Verão porque se sabe que aquela zona tem mato que já ultrapassa o campo de visão, então, o Executivo deverá diligenciar contatos com quem de direito no sentido de se fazer uma consolidação da conservação do espaço até porque dá origem ao aparecimento de cobras, ratos, vandalismo da própria estrutura que ainda lá se encontra e portanto importa recordar, como no passado o fizemos, esta situação. Por outro lado, o PS também gostava de saber qual é o ponto da situação da moradia sita na Praça 5 de Outubro na Parede, se houve algum desenvolvimento, se já está previsto quando a obra vai avançar, até porque, segundo o que sabemos, irá ser um espaço de acolhimento para jovens a ver pelo cartaz que está afixado

na própria moradia. Também por questões de insalubridade seria importante saber quais as medidas que vão ser tomadas. Por outro lado, o PS teve conhecimento, que existiram alterações significativas no Mercado da Parede nomeadamente de alguns espaços que vão ser ocupados mas, há outros que permanecem desocupados, o objetivo era perceber o plano de ação uma vez que em matéria de Assembleia de Freguesia, foram tidas diversas reuniões, bastante profícuas, naquilo do que foi a alteração das taxas de ocupação dos espaços, o que é certo é que o objetivo fundamental desta matéria tinha a ver com a promoção e valorização do espaço e no entanto já passaram quase três anos, importa perceber qual o plano de ação que vai acontecer para que estejamos todos preparados para responder quando somos questionados pelos eleitores na rua, saber se sempre vai ser ocupada a fachada lateral com ocupação de esplanadas, se efetivamente os espaços vão ser todos ocupados ou não, se houve alguns vendedores que abandonaram o local, enfim, importa saber o que se passa até como do ponto de vista histórico já que o próprio Mercado teve uma intervenção de fundo a nível estrutural por proposta do PS e portanto era importante todos saberem o que se está a passar. Por outro lado, no Espaço Público, voltam a perguntar o que é que está pensado fazer-se no Parque Infantil do Murtal uma vez que continua fechado e, por outro lado, o espaço em frente à Escola dos Lombos. São dois espaços que estão obsoletos, um deles fechado e o dos Lombos a própria areia não promove a utilização adequada para as crianças.

Usou da palavra o **Engº Nuno Almeida (Executivo)**. Relativamente ao Mercado da Parede é um tema que tem sofrido um atraso bastante significativo relativamente áquilo que seriam as pretensões do Executivo, neste momento havia já contrato para três espaços, que no fundo são duas lojas, funcionando o outro como armazém de apoio às mesmas, que são o “Burgês” e o “Pátio do Pestisco” que têm praticamente tudo instalado da parte deles mas que o Executivo deparou-se com um problema muito difícil de ultrapassar que é o aumento de potência, parece quase surreal o que se passa no centro da Parede, foi pedido aumento de potência há mais de um ano e meio, lá se conseguiu com muitas dúvidas pelo meio ir buscar-se potência a um posto antigo localizado noutra rua, disponibilizou-se espaço no Parque de Estacionamento da Junta para colocação de um posto de transformação, pagou-se inclusive as taxas de quase 5.000 euros para se proceder à instalação de um posto de transformação e, após várias datas desmarcadas, iniciou-se, finalmente, esta semana a abertura de valas para fazer o tão desejado aumento de potência que vai então permitir a entrada em funcionamento das referidas lojas. Relativamente ao espaço de esplanadas, já foi, em Assembleia, falado diversas vezes que é uma pretensão do Executivo a requalificação de toda a rua envolvente do

Mercado para que se possa também alargar os passeios e resolver o problema de estacionamento. O Executivo tem já uma proposta elaborada pela CMC, e, era seu objetivo aproveitar as valas que estão a ser feitas com o levantamento do piso, fazer já a intervenção nos passeios que vêm desde a Marta até ao Mercado, essa intervenção permitiria ter esplanadas na frente do Mercado e também na lateral do mesmo. Estas alterações seriam feitas também para valorizar e dinamizar o Mercado da Parede à semelhança do que já foi feito em mandatos anteriores na estrutura e interior do edifício. Finaliza dizendo que o aumento de potência pedido pela Junta não só serviria para o Mercado, mas também disponibilizará uma maior rede elétrica para todo o centro da Parede. Relativamente à moradia da Praça 5 de Outubro, pensa que o concurso público tenha já terminado e que esteja em fase de adjudicação das propostas mas, irá indagar junto da CMC para poder dar uma informação mais concreta.

Usou da palavra a **Dra. Ana Raimundo (Executivo)**. Em relação à moradia da Praça 5 de Outubro acrescentou que é uma obra da CMC, que vai ser mais uma Delegação da Cascais Jovem, será um local essencialmente de estudo para os jovens e que vai estar aberto 24 sob 24 horas e o objetivo é ser um espaço aberto a todos os que queiram estudar. Saudou esta iniciativa da Câmara porque acrescentará ainda mais vida ao centro da Parede. Em relação à Bateria de Costa da Parede acha que é realmente importante os alertas feitos pelos Deputados da Assembleia porque o Executivo por vezes pode não conseguir dar atenção a tudo se tornando fundamental as sugestões apresentadas pela Assembleia. Apesar de se tratar de um território pertencente ao Ministério do Tesouro e Finanças, mas, o Executivo vai entrar em contato com a Cascais Ambiente e solicitar uma limpeza porque há realmente um problema grave de insalubridade. Em relação aos Parques Infantis não consegue responder neste momento, mas vai tentar saber quais os planos e dará nota posteriormente destas duas situações.

Passou-se de seguida à **ORDEM DE TRABALHOS:**

Ponto Um – Discussão e aprovação das Atas nºs 1 e 2;

Foram ambas **APROVADAS** com 17 votos a favor e uma ausência do Deputado Tiago Albuquerque (IL) que estava ausente da sala.

Ponto Dois – Discussão e votação do Regulamento de Bolsa de Voluntários da UFCP;

Usou da palavra a **Dra. Ana Raimundo (Executivo)** que apresentou o Projeto que nasceu da necessidade que sentiram de criar uma Bolsa de Voluntariado nas Freguesias de forma a poder dar resposta a algumas situações que algumas Instituições têm vindo a solicitar. Em reunião de porta-vozes foi combinado entre todos que se tivessem alguma sugestão e/ou alteração a fazer a este documento as enviasse para o Executivo. Neste sentido recebeu-se contributos do PAN os quais foram inseridos e irão proceder à distribuição do documento por todos os Deputados já com as alterações incluídas.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**, que saudou a postura dialogante do Executivo. No entender do PAN esta iniciativa é muito positiva porque, desde logo, é recomendada na sequência do Ano Europeu da Juventude. O PAN fez um conjunto de propostas que para lá de alterarem as questões de organização sistemática, de melhorar a redação em alguns aspetos tem propostas bastante concretas, em primeiro lugar, a questão do compromisso da UFCP em promover um Evento anual para promover a Bolsa e valorizar as Entidades que acolhem voluntários e naturalmente os próprios voluntários ou seja, no fundo, premiar e reconhecer os voluntários, um segundo aspeto, a clarificação da exigência de registo criminal quando esteja em causa voluntariado com crianças, terceiro, a questão da Junta poder celebrar protocolos para a formação geral, quarto, clarificar alguns direitos dos voluntários, portanto, desde logo, direito a faltas justificadas em certas circunstâncias e a terem seguros, finalmente, também a preocupação em dar uma maior importância à própria Assembleia de Freguesia enquanto órgão de fiscalização do Executivo e com duas propostas muito claras, primeiro, a possibilidade de o Executivo fazer alterações ao Regulamento por recomendação da Assembleia e, segundo, escrutínio através de um Relatório Anual de balanço da Bolsa. Tudo isto foi acolhido pelo Executivo o qual o PAN agradece. Depois, duas questões colocadas pelo Deputado da IL e que acha importante referir, primeiro, a questão das lacunas terem de ser preenchidas por deliberação do Presidente de Junta, pode parecer que é autoritário mas é o normal, depois e concluindo, quanto à questão de revisão do Regimento, para lá da sugestão que a Assembleia poderá fazer recomendações, poderá também ser feita uma consulta pública ou seja, uma vez que se trata de um regulamento que visa envolver a sociedade civil fazer com a própria se pudesse pronunciar em consulta pública sobre o projeto. Finalmente deu a sugestão de que se este Regulamento prevê protocolos para a formação geral, a Junta poderá encetar contatos com uma ONG que se chama “Pista Mágica” que é uma Escola de Voluntariado, tem muita atividade, principalmente na área metropolitana do Porto, onde já tem protocolo com 17 municípios e que

tem duas componentes muito importantes, por uma lado, faz formação especializada na evidência científica mais atualizada, esta OMG faz com que os voluntários percebam o que é ser voluntário, perceba os desafios do voluntariado e, por outro lado, tem uma componente importante o Projeto Voar que procura incentivar as crianças e jovens para o voluntariado nomeadamente com conteúdos pedagógicos.

Usou da palavra o **Deputado Pimenta de Aguiar (CDS)** que perguntou quais vão ser as regras para seleção dos voluntários, porque as motivações de algumas pessoas que fazem voluntariado nem sempre é a mais correta, estará prevista alguma forma de avaliação psicológica ou psicotécnica?

Usou da palavra a **Dra. Ana Raimundo (Executivo)**, que respondeu à pergunta em duas partes. Em relação às sugestões do Deputado do PAN disse que a ideia da consulta pública agrada ao Executivo pois ter a participação dos munícipes faz todo o sentido, neste caso o que podemos fazer e, é um compromisso, neste ano arrancaríamos sem essa consulta pública porque é um assunto que tem a sua demora e como o Verão está à porta aproveitamos esta altura para arrancar com o Projeto uma vez que é uma época em que é necessário mais voluntariado e um período em que os jovens estão mais disponíveis, mas poderiam já começar a trabalhar na ideia da consulta pública para o próximo ano. Em relação à “Pista Mágica” o Executivo conhece o projeto e pode paralelamente fazer um protocolo com a mesma. Em relação à maneira com o vão ser selecionados os voluntários, este projeto vai ser trabalhado essencialmente com pessoas da Junta, uma Assistente Social, um Psicólogo e da parte do Executivo a Dra. Carolina Melo que há mais de 5 anos é responsável pelo voluntariado da CMC e portanto tem uma experiência vasta não só na seleção como na implementação dos projetos, não queremos ficar só pela “prata da casa”, mas neste momento também temos de perceber qual será a adesão ao projeto.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque da (IL)**. Declaração de voto: Sendo a Ação Social uma das competências da Junta de Freguesia no qual se poderia incluir a Bolsa de Voluntários não é de forma exclusiva sendo a ação social também competência de outras Entidades, ora, existindo neste momento um Programa de Bolsa de Voluntariado coordenado pela CMC de abrangência concelhia não se justifica a criação de mais um programa que se irá sobrepor ao já existente com a conseqüente duplicação de recursos e custos sem que se deslumbre os benefícios que daí possam advir, existem ainda, a nível nacional, e enquadrado em legislação diversa, a Plataforma do Voluntariado bem como outras iniciativas semelhantes de caráter privado. Sobre a proposta

de Regulamento apresentada pela Junta a restrição de Bolsa de Voluntários apenas a Entidades Públicas não se compreende em fase das bases de enquadramento jurídico do voluntariado Art. 4º da Lei 71 de 1998 de 3 de Novembro e Art- 2º do Decreto-Lei 389 de 1999 de 30 de Setembro que inclui um conjunto possível mais vasto de organizações promotoras. Os critérios de escolha dos voluntariados, nomeadamente a necessidade ou não de residirem na Freguesia, o Ponto 4 do Artº 5 parece deixar essa decisão à escolha da própria Junta, é omissos, os recursos humanos e técnicos que serão necessários para implementar a Bolsa de Voluntariado da União de Freguesias de Carcavelos Parede e a formação dos mesmos, são omissos, a bolsa de voluntários não deverá ser usada para ações da própria Junta de Freguesia, o voluntário que pretenda interromper a sua atividade deve informar a Entidade Promotora com a maior antecedência possível mas não está sujeito a mínimos de 15 dias conforme é proposto no Artº 9º, os critérios de aceitação das Entidades Promotoras ou Enquadradoras, por exemplo, no que diz respeito ao cumprimento das obrigações perante a Segurança Social com a abrangência geográfica das atividades de voluntariado, está omissos. Em face do exposto a Iniciativa Liberal vai votar contra.

Usou da palavra o **Deputado Afonso Ferreira (BE)**. Saudou a iniciativa e sugeriu que, por o Regulamento ser ainda muito generalizado, e no que diz respeito ao acompanhamento pelas Instituições do trabalho feito pelos voluntários, exatamente como a Sra. Tesoureira referiu, há imensas áreas requerem o trabalho de voluntariado, por isso solicitou que se instaurasse já no Artº 8º a determinação de um período para a avaliação geral, quer da satisfação do voluntário, quer do trabalho desenvolvido, deverá ser uma componente importante para quem faz o trabalho de voluntariado e ter o direito de ver registado no Regulamento um prazo efetivo e que esse acompanhamento deveria ser regular.

Usou da palavra a **Tesoureira da Junta** que diz percebido o ponto de vista do Deputado do BE e se todos tivessem de acordo poderia fazer-se uma alteração ao Regulamento e se acrescentasse no Artº 8º no nº 1, uma “avaliação anual”. Acrescentou ainda que irá haver por rotina um acompanhamento feito entre a Junta e as Instituições.

Passou-se então à votação do **Ponto Dois - Discussão e votação do Regulamento de Bolsa de Voluntários da UFCP** que foi **APROVADO** com 17 votos a favor (PSD/CDS/BE/PCP/CHEGA/PAN e PS e 1 voto contra (IL).

Passou-se de seguida ao **Ponto Três – Discussão e votação da Proposta pelo reforço dos direitos das pessoas em situação de sem-abrigo nos**

procedimentos de concessão de atestados emitidos pela Junta de Freguesia;

O **Secretário** relembra que tanto o Ponto N° 3, como o Ponto N° 4 eram propostas que tinham sido apresentadas pelo PAN na última Assembleia de Freguesia e que pelo avançado da hora tinham ficado de avançar para esta Assembleia como Pontos da Ordem de Trabalhos.

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Disse que a Proposta foi apresentada na última assembleia e que tem um objetivo muito simples, tentar que a Junta cumpra o que está consagrado na Lei 61/2021 de 19 de Agosto, uma Lei que teve como objetivo reforçar os direitos das pessoas em situação de sem abrigo com duas questões muito simples e que abrem as Juntas de Freguesia, primeiro, que os Atestados pedidos na Junta passem a ser gratuitos e, segundo, que seja assegurada a possibilidade da prova a atestar poder ser feita mediante testemunho do Assistente Técnico ou Assistente Social que acompanha o cidadão na área que pernoita. Esta alteração foi mais que consensual na Assembleia da República pois teve o voto de todas as Forças Políticas menos do CDS/PP que se absteve e, portanto, esta Lei vigora, desde 18 de Setembro de 2021 e a Junta ainda não iniciou qualquer revisão do Regulamento de Taxas que transponha estas alterações legais. A Junta de Freguesia de Carcavelos e Parede não é a única que não está a cumprir esta legislação mas isso não significa que esta Assembleia não deve alertar para esse facto. Fica ao dispor para acrescentar, aditar, retirar, mudar, qualquer parte da Proposta porque lhe parece que seja consensual para todos.

Passou-se à votação do **Ponto Três** que foi **APROVADO**, por unanimidade.

Passou-se ao Ponto Quatro – Discussão e votação da Proposta pela apresentação pela Junta de Freguesia da UFCP do Relatório de Avaliação do cumprimento do Estatuto do Direito de Oposição;

Usou da palavra o **Deputado Luís Almeida (PAN)**. Mais uma vez o PAN traz a discussão uma matéria que diz respeito ao Estatuto do Direito da Oposição que é uma conquista de Abril, que é interessante e que até envolve o CDS, ou seja, surge na Constituição por proposta do PSD, em 1977 passa a ter uma Lei por proposta do CDS e em 1998 passa a aplicar-se às Autarquias Locais por proposta do PS, portanto, há um consenso alargado sobre esta matéria. Basicamente, trata-se da Junta não ter apresentado às forças políticas da oposição esse Relatório de avaliação, passaram 28 dias, a Lei obriga a que os Executivos entreguem estes Relatórios até ao final do mês de Março e isso não aconteceu. Este Relatório é bastante importante porque procura fazer uma avaliação do cumprimento, deve ter um espírito

de auto crítica, ou seja, o objetivo é que os Executivos digam o que cumpriram e o que não cumpriram e o que querem cumprir e basicamente este Relatório tem o objetivo de no fundo este Executivo se comprometer com o respeito pela democracia local por uma lado e, por outro, também dar a conhecer aos cidadãos o que faz para a democracia local seja uma realidade por que este Relatório tem de ser publicado no Boletim da Freguesia. A própria CMC apresentou este Relatório há umas semanas, já fora do prazo mas apresentou, cumpriu esta obrigação, no fundo o que se quer é que a Junta também passe a cumpri-la.

Passou-se de imediato à votação do **Ponto 4** que foi **APROVADO** com os votos a favor do PS/BE/IL/PAN/PCP e CHEGA e abstenções do PSD e CDS.

Ponto Cinco – Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano 2021;

Feita a votação o **Ponto Cinco** foi **APROVADO** com os votos a favor do PSD e CDS (9), votos contra do PS (4) e abstenções do BE/IL/PCP/PAN e CHEGA (5).

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)** para Declaração de Voto. Não pondo em causa a exatidão dos documentos apresentados no que diz respeito à informação contabilística a IL salienta que está omissa do documento um conjunto de informações que permitiriam uma muito melhor avaliação do trabalho feito pela Junta de Freguesia, nomeadamente, na área de sustentabilidade as ações desenvolvidas pela própria Junta de Freguesia incluem, por exemplo, o consumo de água, a utilização de combustíveis fósseis, o consumo de eletricidade e reciclagem de resíduos nas instalações e serviços da Junta, na área de modernização administrativa, as iniciativas na área da digitalização, na modernização dos equipamentos, da formação dos recursos humano, na qualidade do serviço prestado, por exemplo, em termos dos tempos de espera e reclamações, na redução do absentismo e na segurança no trabalho, na área da contratação, a divulgação dos critérios e escolha dos fornecedores, na área das subvenções de critérios e admissão das mesmas e a avaliação que foi feita do critério dessas subvenções, igualmente importante, seria que o Relatório de Gestão fosse mais que uma mera listagem de atividades da Junta de Freguesia mas que incluísse igualmente informação do que estava planeado para o período em comparação com o que foi efetivamente alcançado. A IL está representada nesta Assembleia apenas desde a tomada de posse de 13 de Outubro de 2021 pelo que estes documentos se referem a um período que na sua maioria não existia representação da IL, assim, em face do exposto, a Iniciativa Liberal absteve-se nesta votação.

Usa da palavra o **Deputado Carlos Saltão (PS)** para Declaração de Voto. Antes de mais esclarecer que votaram contra como forma de protesto porque sempre que o Regimento não for cumprido o PS terá sempre uma palavra a dizer em relação a isso. Lembrou a quem esteve presente na reunião preparatória desta Assembleia que chamou a atenção que o prazo regulamentar para apresentação desta documentação seria de 15 dias, na data em que houve a reunião preparatória já se estava com um dia a menos, ora, o que se passa é que os documentos só foram enviados 4 dias depois e, portanto, como forma de protesto e porque acha que a Mesa não tem de cumprir escrupulosamente a data invocada pelo Executivo, a Mesa da Assembleia de, pelo seu próprio interesse, dizer ao Executivo que com estas datas não é possível fazer uma convocatória da Assembleia, não se pode dizer que irá realizar-se uma Assembleia dia 28, e os documentos não serem entregues no prazo estipulado, é desrespeitar um Regulamento que tem uma base e que foi aprovado por todos os Deputados desta Assembleia.

Usou da palavra a **Tesoureira da Junta (Ana Raimundo)**. Em nome do Executivo, respondeu ao Deputado Carlos Saltão (PS), dizendo que tem toda a razão e penalizou-se por não terem cumprido o prazo, informou que os funcionários que normalmente trabalham com esta documentação, uma está de baixa de maternidade e a outra esteve de baixa por doença, obviamente que nada disto deve fazer com que não se cumpram os prazos, o nosso respeito é total pela Assembleia de Freguesia e estão conscientes que não deveriam falhar os prazos.

Usou da palavra o **Deputado Tiago Albuquerque (IL)**. Invocou a Lei 75/2013 de 12 de Setembro, Artº. 9, ponto 2, alínea e) que estabelece que dentro das competências da apreciação e fiscalização da Assembleia compete à mesma apreciar a atividade e a situação financeira, ora, essa apreciação só é possível quando a Assembleia dispões da informação suficiente para o fazer.

O Deputado Carlos Saltão (PS) justificou a ausência da Deputada Carolina Matos (PS).

A **2ª Secretária da Mesa** leu a Minuta da Ata que foi aprovada por unanimidade e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

A Senhora Presidente da Mesa, deu por encerrada a Sessão pelas 00.20 horas, do dia 29 de Abril de 2022

A Presidente:

1º Secretário:

2ª Secretária: